



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C968	Cultura [recurso eletrônico] : conceito sempre em desenvolvimento / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. 217 p. : il.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-437-5 DOI 10.22533/at.ed.375190406  1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.  CDD 353.70981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O presente livro pretende introduzir o leitor ao conceito antropológico de cultura e seu constante desenvolvimento. Tema central das discussões antropológicas nos últimos 100 anos, o assunto tem se demonstrado inesgotável, motivo pelo qual aqueles que tiverem o desejo de se aprofundar recorrem à bibliografia apresentada no final do volume. Destinado essencialmente a um público que se inicia no tema. A nossa intenção foi a de elaborar um livro texto bem didático e, portanto, bastante claro e simples. Os autores procuraram, na medida do possível, utilizar exemplos referentes à nossa sociedade, à escola, instituições que compartilham conosco um mesmo território. Isto não impede, contudo, a utilização de exemplos torna dos emprestados de autores que trabalharam em outras partes do mundo. Tal procedimento é coerente, desde que o desenvolvimento do conceito de cultura é de extrema utilidade para a compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana. Para tornar a bibliografia citada mais acessível aos leitores, O livro se refere ao desenvolvimento do conceito de cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos, procura demonstrar como a cultura influencia o comportamento social e diversifica enormemente a humanidade, apesar de sua com provada unida de biológica.

Esta reflexão trata da relação cultura, desenvolvimento local e políticas culturais enfatizando os instrumentos normativos de direcionamentos, constituição e orientação de políticas públicas relevantes a apresentação dos elementos culturais, materiais e imateriais, relacionados aos empreendimentos, associações, entidades e pessoas interessadas na melhoria da qualidade de vida por meio de processos populares de geração de renda.

A cultura traz um conjunto de possibilidades harmônicas ao desenvolvimento entre perspectiva do econômico, social e ambiental. Reverbera ressignificações simbólicas, não sem tensão, sobre identidade, valorização do lugar e das coisas do lugar, das concepções de tradicional e moderno, de futuro e passado, de avanço ou retrocesso, de progresso e atraso e de alteridades que aparecem na constituição do imaginário social.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CULTURA, CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISCENTE.	
Solange Aparecida De Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro João Guilherme De Carvalho Gattás Tannuri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
POLITICS (AND POLICIES) OF HISTORICAL MEMORY AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS: GENDER AND ETHNICITY INTERSECTIONS	
Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL	
Renner Coelho Messias Alves Ingrid Mendes Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI Nº 10.639/03 NAS QUESTÕES DE ENSINO- APRENDIZAGEM: HISTÓRIA, CULTURA, IDENTIDADE NEGRA E AS COMPETÊNCIAS PARA UM ENSINO MULTICULTURAL	
Francisco Anderson Varela Bezerra Kássia Mota de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 (2003-2012)	
Vanessa Santos Fontequê Jamaira Jurich Pillati Juliana Ferri Rosa Shizue Abe Sidney Lopes Sanchez Júnior Patrícia Ferreira Concato de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
O “BICHO-MÃE” NO CIBERESPAÇO: GÊNERO E MATERNIDADE NO BLOG MAMÍFERAS	
Clarissa Sousa de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904066</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA, MATERNIDADE E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO	
Caroline Silveira Sarmento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904067</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
MEMÓRIAS, MULHERES E PODER NA PRESIDÊNCIA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO	
<a href="#">Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
IMAGENS DO FORRÓ PÉ DE SERRA NO SUDESTE COMO REPRESENTAÇÃO SOBRE A CULTURA NORDESTINA	
<a href="#">Renner Coelho Messias Alves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3751904069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>117</b>
SECA E DEVOÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS EM CARIUTABA NO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO – CE	
<a href="#">Emanuel Mateus da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37519040610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>124</b>
MITOS E RITOS DOS MUNDOS ÁRABES E INDÍGENAS: A DANÇA COMO UM OÁSIS DE REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES	
<a href="#">Luiza Angélica Oliveira Guglielmini</a>	
<a href="#">Romy Guimarães Cabral</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37519040611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>140</b>
A MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO NA TRILOGIA DO SILÊNCIO DE INGMAR BERGMAN A INFLUÊNCIA DO EXISTENCIALISMO MODERNO NO CINEMA EUROPEU	
<a href="#">Yasmin de Sousa Fontes dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37519040612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
MOBILIDADE URBANA PELOS MEIOS DE TRANSPORTE ALTERNATIVOS	
<a href="#">Mariana Rei Passos Campos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37519040613</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>161</b>
CONSUMO NA MEIA IDADE	
<a href="#">Kátia Sayuri Maruyama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37519040614</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>172</b>

## REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 (2003-2012)

### **Vanessa Santos Fontequé**

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Congonhinhas - Paraná

### **Jamaira Jurich Pillati**

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Ponta Grossa – Paraná

### **Juliana Ferri**

Faculdade Cristo Rei  
Cornélio Procópio - Paraná

### **Rosa Shizue Abe**

Universidade Estadual do Norte do Paraná  
Cornélio Procópio – Paraná

### **Sidney Lopes Sanchez Júnior**

Universidade Estadual do Norte do Paraná  
Cornélio Procópio - Paraná

### **Patrícia Ferreira Concato de Souza**

Universidade Estadual do Norte do Paraná  
Cornélio Procópio - Paraná

**RESUMO:** O presente trabalho tem por intencionalidade apresentar uma análise do capítulo “Abolição e República” dos livros didáticos de História, Sociedade e Cidadania do 8º ano do Ensino Fundamental, de Alfredo Boulos Junior, edições de 2003 e 2012, procurando analisar se os mesmos cumprem as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sendo então o livro didático público um instrumento utilizado constantemente no cotidiano de sala de aula, procura-se, neste estudo, verificar quais modificações ocorreram nos livros didáticos ao longo dos anos e de que modo o negro era, e está representado atualmente no capítulo do livro, analisando textos, imagens e atividades que contemplem a representação dos povos africanos na história do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diretrizes. História e cultura Africana. Representação. Livro didático.

THE BLACK REPRESENTATION IN THE  
ALFREDO BOULOS JÚNIOR TEXTBOOK  
BY THE IMPLEMENTATION OF THE LAW N.  
10.639 (2003-2012)

**ABSTRACT:** The present study intends to present an analysis of the chapter “Abolition and Republic” from the textbooks of History, Society and Citizenship regarding the 8th year of Elementary School, by Alfredo Boulos Junior, editions of 2003 and 2012, seeking to analyze if they fulfill the determinations of the National Curricular Guidelines for the Ethnic-Racial Relations Education and for the Afro-Brazilian and African History and Culture Teaching. Since the public textbook is an instrument used constantly in the classroom, in this study it is



sought to verify which modifications have occurred in the textbooks over the years and in what way the black was, and is currently represented in the chapter of the book, analyzing texts, images and activities that contemplate the representation of African peoples in the history of Brazil.

**KEYWORDS:** Guidelines. African history and culture. Representation. Textbook.

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira passou por inúmeras transformações nos últimos anos, nos mais diversos segmentos, principalmente no âmbito econômico, político e social, e dentre essas mudanças podemos citar o reconhecimento do papel dos negros africanos para a construção da história e memória do Brasil.

E com a finalidade de perpetuar esse ideário temos diversos aportes legais, dentre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que determinam a valorização da diversidade étnico racial brasileira e à correção de elementos distorcidos e equivocados a respeito da história, cultura e identidade dos povos afrodescendentes, de forma que tal consideração contribuirá para o reconhecimento dos mesmos.

Este trabalho almeja realizar uma análise comparativa do conteúdo “Abolição e República” presente no livro didático de *História, Sociedade e Cultura* do 8º ano de Alfredo Boulos Junior, com o ensejo de refletir acerca da representação do negro presente neles, a partir da criação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Inicialmente apresentamos informações sobre a legislação que ampara o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as esferas educacionais, contudo ênfase foi na LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, já que ele apresenta o reconhecimento das contribuições dos povos africanos para o desenvolvimento do nosso país. Após apresentação da legislação que orienta o ensino da história e cultura africana, foram realizadas algumas considerações acerca do livro didático, sua produção e análise de acordo com Guia do Livro Didático.

E por fim, foi realizada uma análise comparativa do capítulo: “Abolição e República” do livro didático do 8º Ano de *História, Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Junior edições de 2003 e 2012, identificando as mudanças e continuidades em relação ao conteúdo estrutura e temática, e ainda de que forma eles colaboraram para a valorização da presença dos povos africanos na constituição da sociedade brasileira.

E por meio da análise dos conteúdos selecionados, é que verificamos se eles possuem fontes, informações, leituras e/ou atividades que façam os alunos a refletir sobre a temática da contribuição dos povos africanos em nosso país e se esta forneceu elementos para o desenvolvimento do senso crítico do aluno para que consequentemente os mesmos possam atuar de forma participativa e crítica nas mais

diversas situações do cotidiano.

## **1 | CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA O TRABALHO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL.**

O reconhecimento da existência e resistência dos povos africanos para a história do Brasil é algo significativamente recente. Sendo assim, diversas ações foram realizadas a fim de tornar esse reconhecimento consolidado, dentre elas podemos citar, principalmente, ações voltadas na esfera educacional já que nela é que se desenvolverá a formação intelectual dos cidadãos, para que eles atuem de forma participativa em sociedade.

A primeira legislação significativa para tal finalidade foi a Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, em que determina a inserção da História da África e dos Africanos, incluindo a luta e as contribuições dos negros no âmbito social, econômico e político relacionados a história do nosso país, conforme o Artigo 26-A que diz: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. A partir dessa determinação que as instituições de ensino tiveram que adequar seus currículos a essa nova realidade, e conseqüentemente todos envolvidos direta ou indiretamente tiveram que se adaptar a nova realidade.

Outros documentos surgiram com a intencionalidade de complementar e melhorar a Lei Nº 10.639, dentre eles podemos destacar a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituída pela Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004.

Neste documento encontramos a determinação para que todas as redes ensino privilegiem o desenvolvimento de ações que promovam a educação das Relações Étnico-Raciais, de modo a reconhecer e valorizar a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros e, ainda, valorização das raízes de origem africana da nação brasileira.

A luta para o combate ao racismo, com a intencionalidade de extinguir a desigualdade social existente e ainda qualquer forma de discriminação que possa acontecer, é um dos objetivos que fundamentam as Diretrizes:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. (BRASIL, 2004, p. 14-15)

Portanto, o âmbito educacional tem por função de promover espaços democráticos para desenvolver uma sociedade que reconheça sua história e seja mais justa e igualitária. E ainda segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

## Relações Étnico-Raciais:

(...) Todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2004, p. 5)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais apresentam orientações para o desenvolvimento de atividades voltadas para a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira.

Sendo assim, outros setores atrelados ao âmbito educacional tiveram que se adequar as orientações das diretrizes, dentre elas estão às instituições responsáveis pela produção do livro didático, as editoras, produtoras dos livros didáticos que serão utilizados nos segmentos de ensino público no país, na busca de melhorar a qualidade tais materiais que são frequentemente utilizados no âmbito escolar.

As diretrizes orientam que os materiais didáticos contribuam para a disseminação da valorização do ensino da História da Cultura Africana e Afro-brasileira, de forma a divulgar as lutas e as contribuições de tal população para o crescimento de nosso país, de modo que estas temáticas sejam referenciadas em todos os currículos escolares, privilegiando, principalmente, as disciplinas História, Artes e Literatura, é o que podemos verificar no Artigo 3º Inciso 1º:

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo. (BRASIL, 2004, p. 32)

As Diretrizes ainda determinam que se deve procurar eliminar estigmas ou qualquer outro elemento que tenha causado compreensão equivocada sobre a história das contribuições dos povos africanos para o desenvolvimento da nossa sociedade, é o que podemos confirmar no trecho a seguir:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE). (BRASIL, 2004, p. 25)

A partir disso, podemos verificar que aconteceu um desenvolvimento significativo sobre a legislação que promove o reconhecimento da história e das culturas africana e afro-brasileira, tendo em vista que diversas ações foram realizadas para que de fato esse reconhecimento acontecesse. E, é por isso que a sociedade, juntamente com as instituições governamentais, promovem, constantemente, práticas e políticas públicas direcionadas para relevância que a população africana deve receber por

terem contribuído maciçamente para crescimento de nosso país.

Para dar um suporte com relação à qualidade e produção dos livros didáticos temos o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem por finalidade fiscalizar e orientar os conteúdos que devem estar presentes nos livros didáticos de todas as modalidades de ensino, para que seja produzido um material de qualidade e que promova a preparação do educando para o exercício da cidadania e conseqüentemente sua preparação para o mercado de trabalho.

O PNLD produz periodicamente o Guia do Livro Didático que consiste em um documento que traz orientações e critérios sobre o que é relevante em um livro didático, que vai desde conteúdos temáticos, abordagem teórico-metodológica, coerência, estrutura organizacional e, principalmente, se respeita a legislação e normas oficiais relativas à respectiva modalidade de ensino.

Ao final do Guia do Livro Didático, encontramos uma ficha que, contempla, no item IV a Formação Cidadão que visa a observância dos preceitos jurídicos sobre a aplicação da legislação que dizem respeito a contemplação de conteúdos referentes à História e às Culturas Afro-Brasileira e Indígena, de acordo com a Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. É a partir dos critérios presentes na legislação já citada, nas Diretrizes, no guia do livro didático e análise do livro didático de Alfredo Boulos Junior é que se fundamenta o presente trabalho.

As Diretrizes e o Guia do Livro Didático fazem várias alusões a respeito da valorização das contribuições os povos africanos, e por isso para realização deste trabalho foi selecionada a temática “Abolição República” procurando verificar como é projetada a imagem do negro no livro didático. Contudo, para que possamos realizar essa análise comparativa com os livros didáticos, será necessário tecer considerações sobre ele envolvendo os conteúdos e a vida do seu autor, procurando identificar mudanças e se de fato houve a promoção e valorização da cultura africana e afro-brasileira.

## **2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA.**

Os livros didáticos de *História, Sociedade e Cidadania* referentes a edição de 2003 e edição de 2012, foram produzido por Alfredo Boulos Júnior, figura representativa no âmbito educacional já que além de produzir coleções de livros didáticos, ele promoveu ações e reflexões significativas a respeito do ensino de história e suas práticas. Doutor em Educação pela PUC-SP, também lecionou no ensino fundamental e médio da rede pública e particular, além dos cursinhos pré-vestibulares, também prestou assessoria para a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação em São Paulo.

A edição de 2003 apresenta reflexões sobre a temática a ser trabalhada, em

seguida traz textos explicativos, informativos, históricos e atividades que visam estimular a construção do conhecimento. Ainda, possui imagens e fotografias contextualizadas com os conteúdos e/ou com a realidade, e por fim apresenta sugestões de leituras complementares para que o aluno possa aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Vale ressaltar que neste período foi implementada a legislação que defende a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira, e não existia uma política rigorosa voltada para controle dos conteúdos dos livros didáticos, podemos inferir que nesse período, sabia-se da necessidade de seguir a legislação, no entanto, não havia parâmetros rígidos para que isso ocorresse, portanto os conteúdos, de certa forma, foram modificados, mas sem muita profundidade, e conseqüentemente sem promover de forma significativa reflexões sobre a temática. E neste período não havia orientações e avaliações específicas acerca dos conteúdos dos livros didáticos.

Já em 2012, devido a diversas ações, práticas e implementação de políticas públicas voltadas para a valorização das contribuições dos povos africanos para o desenvolvimento do país, vale destacar o guia do livro didático que traz uma série de títulos avaliados e que podem ser usados na educação da rede pública, sendo instrumento utilizado em todos os segmentos de ensino.

A coleção do livro didático *História, Sociedade e Cidadania* edição de 2012 está organizada de forma que apresenta a história integrada, organizando-se em ordem cronológica, o livro é bastante rico em diversidade de gêneros textuais e análise de imagens, as atividades são diversificadas e visam promover reflexões pertinentes ao assunto abordado, também estabelece relações com recursos midiáticos de forma que os alunos possam ter outras fontes de informações.

De acordo com o Guia do Livro Didático, o livro de Alfredo Boulos Junior trás uma diversidade textual e atividades que requerem reflexão acerca da história da população africana, além de textos que promovem o conhecimento e análise das leis que permeiam este âmbito, como podemos verificar no fragmento a seguir:

No tocante a inclusão da **história da África e da cultura africana, afro-brasileira e indígena**, há, na coleção, conteúdos, textos diversos e atividades que abordam predominantemente aspectos da história política e cultural desses povos. Destacam-se os textos de apoio sobre a implementação legal das referidas temáticas no ensino básico assim como as indicações de referências bibliográficas sobre a historiografia da África. (BRASIL, 2014, p. 59)

O livro didático aborda conteúdos a respeito da valorização da identidade, da história de lutas coloniais e da diversidade cultural existente, todas elas em defesa do respeito e reconhecimentos das contribuições desses povos.

A seguir apresentaremos a análise comparativa dos livros didáticos procurando identificar as mudanças realizadas nas produções dos livros didáticos ao longo dos anos, sobre a valorização e contribuição dos povos africanos para o desenvolvimento do Brasil e na memória coletiva de história do nosso país construída na escola.

### **3 | ANÁLISE COMPARATIVA DO CAPÍTULO “ABOLIÇÃO E REPÚBLICA” DOS LIVROS DIDÁTICOS HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA 2003 E 2012.**

Sabemos que durante muito tempo perpetuou-se a narrativa dos acontecimentos históricos sob o viés dos colonizadores e das elites da época. Contudo esse panorama começou a modificar-se na década de 1990 na qual personagens históricos que se encontravam a margem começaram a adquirir espaço para expressar-se acerca dos acontecimentos, isso foi possível devido ao surgimento novas correntes teóricas acerca do ensino. É o que afirma Gláucia R. Murinelli (2012, p. 866): “No entanto, foi somente na década de 1990 que algumas questões pertinentes à diversidade étnico-racial começaram a ser abordadas no ensino brasileiro”.

Considerando que o livro didático público é uma ferramenta utilizada constantemente no âmbito escolar, e que muitas vezes, acaba sendo o único instrumento didático de ensino, é importante analisá-lo já que eles exercem influência no contexto social em que se encontra imerso. A autora Julia Silveira Matos afirma que o papel central do livro didático enquanto recurso pedagógico o torna importante veículo de ideologias:

(...) o livro didático se torna o único ou o principal recurso, seja didático, ou de apoio pedagógico do professor, sua estrutura ideológica se torna hegemônica dentro da sala de aula na qual é utilizado. Isso porque o livro didático como produto cultural transmite posicionamentos de seus autores. (MATOS, 2012, p. 167)

Por isso, selecionamos para análise os livros didáticos público “História, Sociedade e Cidadania do 8º ano”, edições de 2003 e 2012, sendo esta última uma edição reformulada de acordo com as determinações do PNLD. Por se tratar de dois livros didáticos extensos, foi então escolhido um capítulo, presente em ambas as edições, como tema “Abolição e República”.

O livro didático consiste em um instrumento utilizado amplamente em todo o âmbito educacional, e ainda, que o discurso textual e imagético presente em suas páginas consiste em representações da história, produzidas por sujeitos, neste caso autor do livro. E ele reproduz aquilo que ele conhece e julga ser significativo para a sociedade, portanto, essa representação do sujeito é que nos levará a compreensão dos conteúdos presentes no livro didático, que estão carregados de valores ideológicos.

#### **3.1 Representação do negro no livro didático nas edições de 2003 e 2012**

Em ambas as edições do livro didático História, Sociedade e Cidadania, os capítulos sobre “Abolição e República”, trazem como introdução uma imagem com a intencionalidade de fazer com que os leitores façam uma reflexão inicial sobre o assunto que será abordado.

Na edição de 2003 temos a ilustração de uma campanha abolicionista, feita na década de 1880, que mostra os proprietários fazendo exigências e traz algumas perguntas voltadas para a temática do processo abolicionista e a relação existente

entre a Abolição e a Proclamação da República, são perguntas que não promovem reflexões aprofundadas por parte do aluno. Questões, como por exemplo: Boulos (2003, p. 26) “Afinal, como se deu o processo que conduziu ao 13 de maio?” “Que relação se pode estabelecer entre a Abolição e a Proclamação da República?”, podemos inferir a partir disso que as questões eram amplas e sem objetividade e pouco promoviam a pensamento por parte dos educandos.

Enquanto que a edição de 2012 traz a imagem de uma líder quilombola, acompanhadas das seguintes questões: Boulos (2012, p. 245): “Você já tinha ouvido falar de quilombos liderados por mulheres? Sabiam que os quilombos ajudaram a desgastar a escravidão?”, que procura refletir sobre outros aspectos vivenciados na época, como a existência de quilombos liderados por mulheres, questionando a participação da população livre no período da Abolição e, ainda, as lutas travadas nessa época.

Na edição de 2003 a imagem e a reflexão inicial eram voltadas para abolição e a república, enquanto que na edição de 2012 a ênfase é na representação do negro nos quilombos, o processo de escravidão e suas lutas, direcionado o enfoque para aqueles que se encontravam à margem da história.

Os capítulos “Abolição e República” na edição de 2003 eles estão dispostos com alguns subtítulos, intercalados por fragmentos textuais denominados de “saiba mais”, os textos são bastante extensos, o autor procura desenvolver maior imparcialidade possível, tratando sempre os personagens históricos que são a população escravizada como abolicionistas, em vários trechos ele utiliza essa mesma palavra para se referir aos negros escravizados, como podemos verificar no fragmento abaixo:

Entre os abolicionistas havia pessoas de diferentes grupos sociais: políticos de família tradicional, como Joaquim Nabuco, homens livres e membros de classes populares, como o jornalista negro José do Patrocínio, além de alguns profissionais liberais, provenientes das camadas médias, como o paulista Antônio Bento e o advogado baiano Luis Gama, também negro. (BOULOS, 2003, p. 28).

Podemos observar que determinadas palavras possuem forte caráter ideológico, e que existe todo um discurso imerso por detrás dela, é o que acontece com o termo abolicionista, na qual Boulos, procura tratar os negros como sujeitos atuante, mas de forma tênue enquanto que movimento do branco já se mostra mais resistente e elitista também, ou seja, ele procura apresentar os negros de forma participativa contudo debate-se com a resistência dos brancos que não aceitam essa participação, e isso interfere significativa na compreensão do leitor no momento de ler o texto.

E segundo Orlandi (2009, p. 43) “ Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo o discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. Isto quer dizer que para o período em que foi produzido o livro didático, a posição de Boulos refletia, o discurso difundido na época de produção e ainda trazia toda a vivência que o autor possuía e ainda de acordo com Matos (2012, p. 167) “(...) o livro didático como produto cultural transmite os posicionamentos de

seus autores”, talvez por isso a tentativa de demonstrar de imparcialidade na produção textual do capítulo, já que isso era uma tendência muito difundida entre os autores de livros didáticos da época.

E ainda, de acordo como Ana Maria Monteiro, o livro didático é resultado de um produto cultural, ou seja, existe uma série de elementos que influenciam os autores a seguirem determinadas vertentes de modo a atender as necessidades de consumo dos envolvidos:

Os autores, ao produzir livros didáticos, interpretam as orientações oficiais ou seja, as reelaboram segundo suas ideias pedagógicas e, ao mesmo tempo incorporam expectativas dos professores, buscando atraí-los para o seu consumo. (MONTEIRO, 2009, p. 176)

A edição de 2012 também está dividida em subtítulos, contudo apresenta textos mais curtos, trazendo o significado de palavras desconhecidas, entre um texto e outro temos um quadro amarelo denominado de “Dialogando” que tem por finalidade contextualizar o período histórico em questão com a atualidade, o autor ainda utiliza a palavra abolicionista, mas com menos frequência e com enfoque diferente, já que procura trazer uma historiografia repleta de personagens históricos e suas atuações e ainda representatividade do negro tornou-se maior procurando valorizar os sujeitos escravizados, que anteriormente não eram valorizados. Como podemos verificar no fragmento abaixo:

(...) Muitos migravam para as cidades onde iam morar em cortiços e morros; uns poucos, no entanto, conseguiam ascender socialmente. Apesar de tantas dificuldades, os libertos não desistiram de buscar uma vida melhor. Para amenizar a luta diária pela sobrevivência, organizavam-se em grupos de lazer, clubes esportivos e centros religiosos. (BOULOS, 2012, p. 251).

Este trecho permite refletir sobre a forma de como as modificações na legislação acerca do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira com o passar dos anos interfere nas ideologias e nas tendências historiográficas colocadas nos livros didáticos, permitindo que o autor, por meio de novos conhecimentos e novas vivências e também o surgimento de novas diretrizes crie novos sentidos e significações.

Segundo Orlandi (2009, p. 31) quando diz que “ (...) o saber discursivo que torna possível todo modo de dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já-dito que esta na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra “. E é isso que constituirá a memória discursiva.

Uma característica presente em ambas às edições, é que Boulos consegue de maneira prática e objetiva estabelecer inferências com outros acontecimentos históricos, e que ORLANDI (2009, p. 33) comenta que “a historicidade que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para discursividade”, isto significa que outros acontecimentos do mesmo período permite uma melhor compreensão de um determinado acontecimento ter um desfecho específico.

A presença de imagem num livro permite uma melhor compreensão acerca de um assunto, oportuniza novas interpretações, e novos posicionamentos a respeito da



temática, e que de acordo com ORLANDI (2009, p. 40) “(...) Na relação discursiva, são as imagens que constituem diferentes posições. E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias”.

A edição do livro didático de 2003 contém poucas imagens com legendas explicativas, e a maioria delas com homens brancos o que conseqüentemente gera uma menor representatividade dos negros. Enquanto que a edição de 2012 traz um número significativo de imagens com legendas explicativas melhores, procurando retratar as lutas dos negros e seu cotidiano.

Na abertura do capítulo Abolição e República de 2003, temos uma pintura com a presença de Senhores de Escravos, e alguns abolicionistas, a presença de negros é pouca e ao fundo da imagem, a partir disso podemos inferir que, os brancos estavam predominando. Já na abertura da edição de 2012 temos a imagem de uma escultura de uma líder quilombola, do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, essa imagem representa a presença da mulher na luta pela abolição.

Ao final dos capítulos de ambas edições encontramos uma série de atividades para ser realizadas pelos alunos. Sendo que na edição de 2003 encontramos atividades de interpretação textual com questões, em sua maioria, com resposta que não exigem tanta reflexão ou crítica por parte do aluno, ou seja, que pouco fazem refletir sobre a representatividade dos negros durante o período abolicionista, além de ser bastante extensas, há ainda leitura de imagens, sugestão de um debate a partir da leitura de dois fragmentos e por fim a sugestão de leitura de um texto e questões sobre ele.

Na edição de 2012 temos atividades interpretativas não extensas que facilita a leitura e compreensão, temos leituras de fontes históricas diferentes como o fragmento de um texto e uma imagem de modo a estabelecer relação entre ambas, depois a leitura de outra imagem como fonte histórica procurando promover reflexão sobre o contexto histórico da época, e por último sugere a leitura de um texto de caráter crítico reflexivo. Sendo assim, tal edição apresenta mais atividades que visam a reflexão com um caráter mais crítico diante da temática da representatividade dos negros presentes nela.

Na página 39 da edição de 2003 encontramos uma atividade que exige pouca reflexão por parte do aluno, na qual solicita que identifiquem os marcos importantes e reescreva-os, conforme podemos verificar abaixo:

6 - O processo de luta pela abolição foi longo. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós extinguirá o tráfico de escravos para o Brasil. Faça um quadro com os marcos desse processo (as leis abolicionistas) contendo o nome de cada lei, a data de sua aprovação e o seu conteúdo. (BOULOS, 2003, p. 39)

Na edição de 2012 temos uma atividade de caráter mais reflexivo, procurando enfatizar as contribuições dos artistas afrodescendentes no início da República, conforme enunciado a seguir:

2 – Com base no texto e em pesquisa monte uma ficha com a contribuição de

artistas afrodescendentes nas primeiras décadas da República. Acrescente a contribuição de Lima Barreto, um dos maiores escritores da literatura brasileira. (BOULOS, 2012, p. 265)

Em suma, a reflexão do capítulo “Abolição e República” presentes nos livros didáticos edições de 2003 e 2012 de Alfredo Boulos Junior, permitiu que observássemos as mudanças significativas que houve ao longo do tempo com relação a representatividade dos negros no livro didático, ou seja, o caráter ideológico presentes na produção passaram por diversas melhoras devido a maior atenção voltada pra essa temática e o amparo legal mais consolidado.

E essas modificações foram positivas já que permitiu que os negros que se encontravam a margem de todo o processo de desenvolvimento no Brasil, pudesse ser melhor compreendido e reconhecido de acordo com suas contribuições, não somente no livro didático, na escola e na memória dos brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho permitiu um maior conhecimento a respeito da legislação que defende o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino do Brasil. As reflexões sobre representatividade também contribuíram para a compreensão e a importância da mesma para a construção da memória coletiva da população.

A concretização do presente trabalho permitiu observar as mudanças que houve ao longo dos anos de uma determinada produção e se realmente ela está adequado às recomendações da legislação que ampara o ensino da história, cultura africana e afro-brasileira nos mais diversos segmentos da educação.

Considerando de forma particular o livro de História, Sociedade e Cidadania do 8º ano do Ensino Fundamental, de Alfredo Boulos Junior, podemos encontrar elementos significativos que contribuem para a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira para a formação de nosso país.

Analisando sob o viés dos elementos representativos presentes no livro didático na edição de 2012, podemos inferir que ele apresenta, de forma positiva, valores que promovem a representatividade dos negros africanos, trazendo-os em maior protagonismo no processo de abolição, por meio de textos e atividades diversificadas que incentivam a leitura, a análise e reflexão a respeito dos temas em pauta e isso contribui significativamente no processo de ensino e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BOULOS, Júnior Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania 8º Série**. 1 ed. São Paulo. FTD, 2003.

BOULOS, Júnior Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania 8º Ano**. 1 ed. São Paulo. FTD, 2012.

BRASIL. **Lei** n.º10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana**. Parecer CNE /CP 3 / 2004, de 10 de março de 2004.

MATOS, Júlia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o Ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD**. *Historiæ*, Rio Grande, v. 3, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3268> Acesso em: 20/04/2014.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 151-172.

MURINELLI, Gláucia Ruivo. **História afro-brasileira nos livros didáticos: um estudo a partir da lei 10.639/03**. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/historia\\_afro\\_brasileira\\_nos\\_livros\\_didaticos\\_um\\_estudo\\_a\\_partir\\_da\\_lei\\_10\\_639\\_03.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/historia_afro_brasileira_nos_livros_didaticos_um_estudo_a_partir_da_lei_10_639_03.pdf). Acesso em: 29/09/2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso, princípios e procedimentos**. Pontes, 2009.

SILVA, Beatriz conceição da; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. Como é trabalhada a história da África nos livros didáticos sob a ótica da lei 10639/03, no ensino fundamental a partir de 2003. **Revista Fato & versões** / n. 3 v. 2 / p. 123-134 / 2010. Disponível em: <http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewFile/166/141>. Acesso em: 26/04/2013.

SILVA, Edson Armando; DENIPOTI, Claudio; RODRIGUES, Marília Mezzomo; SANTOS, Francieli Lunelli. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SILVEIRA, João Paulo P.1. MOREIRA, Gleidon O. **Identidades e a Diversidade Cultural: Limites Reflexivos do Livro Didático de História**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Inhumas II SIMPOETS: Disponível em: <http://cadernosets.inhumas.ifg.edu.br/index.php/cadernosets/article/viewFile/52/9>. Acesso em: 29/04/2013.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO** Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena .

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-437-5



9 788572 474375